
Práticas participativas das juventudes brasileiras a partir do uso de tecnologias digitais¹

Aline Cristina Camargo²
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Considerando que a participação política é um componente central do regime democrático, compreender suas causas e os contextos em que se dá é crucial para entender a qualidade da democracia. Neste contexto, a pesquisa que originou este artigo busca identificar os principais usos e apropriações das tecnologias digitais para a participação política, sob a perspectiva de jovens brasileiros. Assim, faz-se necessário analisar a possível relação entre hábitos de uso de mídia e as dimensões de engajamento e participação político-cidadã. O presente estudo tem como objeto investigar quais efeitos as ferramentas provenientes da internet podem ter na dinâmica democrática, a partir da perspectiva das juventudes brasileiras, tratadas sempre em sua pluralidade, de características sociodemográficas, de interesses e hábitos midiáticos e de participação.

Palavras-chave: Cidadania; Juventudes; Participação; Tecnologias Digitais.

Tema central e Objetivos

A presença dos meios de comunicação de massa tem interferido na cultura coletiva e na formação da opinião pública desde a consolidação das sociedades urbano-industriais. Os veículos massivos são os principais indutores do consumo de bens materiais e simbólicos e os principais disseminadores de informações jornalísticas e de ideologias entre as diversas camadas sociais. Assim, agem como canais especializados em difundir ou direcionar, ocasionalmente ou intencionalmente, os debates da vida pública, enquanto influenciam continuamente os repertórios e comportamentos da vida privada.

Mesmo assim, grande parte dos estudos sobre a teoria democrática e a esfera pública ainda desconsidera o papel concreto dos meios de comunicação na construção das relações sociais nos espaços públicos e privados contemporâneos, como se a influência deles não fosse suficiente para determinar muitos fenômenos sociais da atualidade, como a alienação e a desconexão entre a vida privada e a pública, além da falta de participação e de engajamento cívico dos cidadãos.

No contexto majoritário das populações ocidentais, em que predominam as democracias liberais, há o pressuposto de que haja condições para os cidadãos exercerem seus direitos individuais e coletivos, entre eles o de livre debate e participação política.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: aline.camargo@ufu.br

Maia (2006, p. 15) argumenta que “a grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política articula-se, de modo rotineiro, com os meios de comunicação”. Ainda que se considere que a maior parte da comunicação política seja mediada, os estudos em relação a essas mediações ainda não consideram devidamente a amplitude das interferências dos diversos meios de comunicação, de seus produtos culturais ou de consumo e usos, que são “tão variados quanto às próprias práticas sociais”.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios³, o uso da internet no Brasil é crescente, e alcançou, em 2019, 70% da população. São 126,9 milhões de pessoas usando a rede regularmente. Metade da população rural e das classes D e E têm acesso à internet. O relatório é divulgado anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic). Outras importantes pesquisas sobre o acesso e os hábitos do brasileiro com acesso à internet desenvolvidas por institutos como o IBGE⁴ e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) estão reunidas e podem ser consultadas no site do InternetLab⁵. Assim como pesquisas de âmbito internacional, como Global Digital (We Are Social)⁶ e a Google Consumer Barometer⁷.

Ainda de acordo com a pesquisa do Cetic, o celular é o principal meio de conexão (97%), seguido do computador (43%) e da SmartTV (45%). Entre a população que tem renda familiar de até 1 salário mínimo, o uso exclusivo do celular atinge 78% dos usuários, com 19% usando computador e celular.

Segundo a pesquisa “Consumo de Notícias do Brasileiro”, realizada em parceria entre a Advice Comunicação Corporativa e a BonusQuest, a internet é a principal fonte de informação para 68% dos brasileiros: soma de portais (28%), jornais on-line (26%) e redes sociais (14%) significa que 68% dos brasileiros têm a internet como sua principal fonte de informação. Os dispositivos móveis destacam-se como principal meio de acesso à internet entre os mais jovens.

³ Disponível em: <<https://www.cetic.br/tics/domicilios/2017/domicilios/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁵ Disponível em: <<http://www.internetlab.org.br/pt/informacao-e-politica/um-guia-da-dieta-de-midia-digital-brasileira/>>. Acesso em 12 jul. 2022.

⁶ Disponível em: <<https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>>. Acesso em 11 jul. 2022.

⁷ Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Sendo assim, o público brasileiro estaria voltado para um maior número de fontes e para uma maior variedade de formas de acessar conteúdos de notícias. Além disso, a disseminação do uso da rede tem fornecido novas ferramentas, dispositivos e oportunidades para grupos minoritários e é uma ferramenta para a participação político-cidadã.

No entanto, o potencial empoderador da rede é limitado ao uso social da tecnologia; apesar de o ambiente virtual ser propício para transparência e participação, a maneira como se dá essa participação e os canais para tal precisam ser questionados. Considerando que a participação política é um componente central do regime democrático, compreender suas causas e os contextos em que se dá é crucial para entender a qualidade da democracia.

O acesso às redes amplia as possibilidades de uso frequente de canais midiáticos, seja para consumo publicitário e de entretenimento, para uso e produção profissional, para realização de pesquisas mercadológicas e didáticas, para difusão ou reenvio de conteúdos midiáticos para outros participantes de listas em redes sociais. Os veículos de comunicação de massa, dos tradicionais aos digitais, são responsáveis pela produção e difusão de grande parte do conteúdo de informações diárias e exercem relevante papel na mediação da comunicação política.

Assim, a internet fornece aos brasileiros um conjunto de ferramentas que são importantes para o ativismo e a participação política no espaço político-social e também midiático. No entanto, a ausência de estudos relevantes com uma abordagem sistemática sobre o papel das plataformas digitais no Brasil faz com que ainda seja difícil avaliar os efeitos da digitalização sobre a participação política em dois caminhos: a) a digitalização dos conteúdos pode representar acesso a um maior volume de informações e b) a rede oferece novas ferramentas e modalidades de participação.

Neste contexto, esta pesquisa pretende identificar os principais usos e apropriações das tecnologias digitais para a participação política, sob a perspectiva de jovens brasileiros.

Para a pesquisa optou-se por utilizar o conceito de jovem cunhado pela Unesco (2004), que considera pessoas com idade entre 15 e 29 anos. A faixa etária classificada como jovem varia de acordo com a instituição referenciada. No Brasil, a PEC da

Juventude⁸, aprovada em 2010, e o Estatuto da Juventude, sancionado em 2013, classificam como jovem todo cidadão com idade entre 15 e 29 anos.

O presente estudo tem como objeto investigar os efeitos da introdução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas democracias contemporâneas, ou seja, quais os efeitos que as ferramentas provenientes da internet podem ter na dinâmica democrática, a partir da perspectiva das juventudes brasileiras, tratadas sempre em sua pluralidade, de características sociodemográficas, de interesses e hábitos midiáticos e de participação.

As inovações no campo comunicacional introduzidas pela internet têm modificado os vários âmbitos da atividade humana, haja vista sua capacidade de criação e circulação da informação de maneira instantânea e descentralizada. Tal fato modifica as relações entre os indivíduos, tornando mais fácil o acesso a diferentes fontes de informação e a interação. Neste contexto, instituições de diferentes finalidades necessitam compreender as potencialidades do mundo digital buscando a inserção no mesmo.

Observa-se que a internet tem produzido significativas modificações nas várias esferas da vida humana, inclusive no campo político. Neste contexto, os cidadãos, sobretudo os jovens, têm encontrado nela um meio de mobilização e participação política, principalmente com a emergência da Web 2.0.

Ainda assim, embora as tecnologias estejam mudando a forma de fazer política, continuamos com as instituições do século XIX, que já não têm capacidade de canalizar de forma real as necessidades daqueles que representam. Tal cenário gera mobilizações políticas que buscam uma nova configuração político-social. Ao mesmo tempo, às margens do poder atual, surgem novas formas de fazer política, com base na confiança mútua, na colaboração e no estabelecimento de direitos de cidadania a partir da cultura participativa.

Neste cenário, tecnologias sociais, descentralizadas e abertas, atuam como ferramentas de inclusão, educação e participação e há um movimento de apropriação de tecnologias para a ação coletiva. Assim, há novas formas de ação coletiva com infraestrutura de mobilização do cidadão que transforma a indignação em insurgência.

O século XXI apresenta a política isolada da sociedade. Líderes tradicionais, partidos políticos e instituições públicas sofrem uma crise de legitimidade e credibilidade.

⁸ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/88335>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Apatia, falta de interesse na questão política, queda no número de comparecimento eleitoral - especificamente entre jovens⁹ - e baixa adesão a partidos eleitorais e sindicatos, por exemplo, são algumas das consequências da atual situação do país

Se por um lado há indícios de desconfiança nas instituições políticas tradicionais, por outro há a proliferação de formas não convencionais de participação, marcadas pela cidadania informada e ação coletiva. Alguns movimentos, como o #VemPraRua brasileiro, o #YaMeCansé mexicano e #Yasunidos equatoriano são exemplos de manifestações de massa na América Latina. Esse cenário é consequência da retirada das liberdades, da qualidade da governança e da redução da proteção dos direitos civis e políticos. O sucesso de Trump nos EUA, a opção pelo Brexit no Reino Unido, a ascensão da Frente Nacional na França, o Partido da Liberdade da Áustria e, mais recentemente, a escolha de Jair Bolsonaro no Brasil são expressões desse processo ao redor do mundo.

Por outro lado, é possível identificar uma perspectiva mais horizontal de ação política baseada no uso de tecnologias digitais. Embora este contexto seja marcado por desigualdades de acesso, são observadas novas formas de intervenção política, por exemplo, a partir do uso da Internet, apresentada como um espaço privilegiado para a participação não convencional.

Considerada elemento central da qualidade da democracia, a participação política tem recebido atenção de pesquisadores ao redor do mundo. Como afirma Norris (2001) as formas “não-convencionais” de participação, como protestos, petições e boicotes, ganharam importância empírica e teórica nas últimas décadas, sendo algumas delas até mais frequentes do que as atividades políticas consideradas mais tradicionais, como o voto e o associativismo.

Discussão Teórica - Hábitos e Modalidades de Participação

Pesquisas recentes apontam para a diminuição dos índices de confiança pública no governo, bem como em outras instituições¹⁰, como a mídia, por exemplo. A realidade não é exclusiva do Brasil, e as possíveis causas desta desconfiança, ou descredibilidade, são complexas, alguns a veem como resultado de uma mudança de longo prazo para os valores pós-industriais que enfatizam o indivíduo sobre a comunidade e diminuem o respeito à autoridade e às instituições. Outros a veem como uma reação contra a

⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

¹⁰ Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/icjbrasil-2017-confianca-populacao-instituicoes-cai>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

centralização do governo e o desmantelamento de direitos sociais.

O declínio nos índices de comparecimento eleitoral e de ativismo partidário, bem como a emergência e a expansão dos movimentos de protesto e de novas formas de ação política têm levado a uma crescente preocupação de estudiosos sobre o tema da participação, em seu contexto de exercício dos direitos de cidadania.

Considerando o esforço de autores na elaboração de uma tipologia das modalidades de participação e até mesmo em relação a seu próprio conceito, observa-se que Milbrath (1965) definia, de início, a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. A partir de então, diferentes estudiosos apontaram variados conceitos de participação e suas modalidades.

Juventudes brasileiras e amostra da pesquisa

Objeto de investigação de vários saberes, como a Sociologia, o Direito, a Psicologia e a Comunicação, as juventudes brasileiras encontram-se no cerne da questão política, econômica e social no contexto atual do país. Seja pelo seu expressivo número, sua importante parcela como população economicamente ativa, seu potencial para a educação ou sua disposição para mobilizações. Neste sentido, esta pesquisa objetiva verificar modalidades de participação utilizadas por jovens brasileiros como recursos para a mobilização cívica, a partir do uso de tecnologias digitais.

O contexto contemporâneo das juventudes brasileiras é um ambiente de desigualdades profundas, não apenas no que diz respeito ao acesso a direitos básicos, como moradia, saúde, educação e trabalho, mas são ampliadas a partir da violência, física e simbólica, a que são acometidos no contexto do exercício de sua identidade, a partir das faces perversas presentes nas questões, de gênero e de orientação sexual, por exemplo.

A faixa etária classificada como jovem varia de acordo com a instituição referenciada. No Brasil, a PEC da Juventude aprovada em 2010 e o Estatuto da Juventude sancionado em 2013 classificam como jovem no Brasil, todo cidadão que se encontre entre 15 e 29 anos de idade. Considerando a juventude como uma categoria social, o conceito vai além do estabelecimento de uma faixa etária, no sentido de limites etários restritos, no entanto, por uma questão prática científica serão considerados jovens nesta pesquisa os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

Tida como um direito fundamental dos/as jovens, desde muito antes da elaboração

e aprovação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013)¹¹, esse tema já tinha centralidade nos debates sobre políticas e direitos. É possível dizer, inclusive, que a própria agenda sobre o tema nasce, também, da preocupação de incluí-lo como sujeito político capaz de influenciar os rumos da sociedade.

O direito à participação aparece como um dos princípios que regem o Estatuto através da ideia de “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”. Ele também aparece nas diretrizes gerais do documento, na ideia de incentivo à “ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação” das políticas públicas de juventude e, ainda, quando se busca “ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios”. Talvez não seja exagero afirmar, então, que é possível pensar a participação como condição para a realização integral dos demais direitos dos/as jovens brasileiros/as.

Neste cenário, as demandas de participação podem ser vistas por dois ângulos: Primeiro, como um meio, isto é, um canal imprescindível para levar demandas de distribuição e de reconhecimento ao espaço público democrático; o segundo diz respeito aos espaços das políticas públicas de juventude. Nesses espaços – entre os quais se destacam os conselhos – a participação torna-se ela mesma uma demanda específica, na medida em que remete às decisões sobre desenho, validação, acompanhamento e avaliação de programas e ações voltadas para seu segmento populacional.

Existem muitas formas de participação e muitas demandas relacionadas à participação juvenil, que vão desde petições online até mobilizações de rua e estratégias de representação juvenil em organizações e espaços políticos, bem como modalidades de participação institucional: aquelas que privilegiam um diálogo entre poderes públicos e sociedade civil. Entre essas formas, estão as conferências, os conselhos e as audiências públicas, por exemplo. Todas as modalidades de participação, institucionais ou não, podem ter efeitos sobre decisões políticas.

Metodologia

Entre os respondentes do questionário de pesquisa, 56% são mulheres e 44% são homens. 61% dos jovens que compõem a amostra têm entre 20 e 24 anos, 21% tem entre

¹¹ Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

25 e 29 anos, e 18% tem entre 15 e 19 anos. Houve uma predominância de respondentes na região Sudeste (35%), seguido por Sul (28%), Nordeste (17%), Norte (12%) e Centro-oeste (8%).

Quando questionados sobre sua ocupação atual, foram identificados jovens que não estudam e nem trabalham (8,4%), apenas trabalham (23,6%), apenas estudam (42%) e aqueles que trabalham e estudam (26%).

Quanto à escolaridade: fundamental completo (1,6%), médio incompleto (6,8%), médio completo (9,2%), superior completo (20,8%), superior incompleto/cursando (41,8%), cursando pós-graduação (11,4%). Ainda que entre os respondentes da pesquisa haja uma predominância de jovens com ensino superior ou cursando ensino superior, esta não é a realidade média brasileira. De acordo com o IBGE²⁸, 15,7% da população com mais de 25 anos tem ensino superior completo. Entre eles, 22,9% são brancos e 9,3% são pretos ou pardos. A discrepância no acesso à educação entre brancos e pretos também é evidenciada pela estatística de anos de estudo. Observa-se que a média de anos de estudos das pessoas com 15 anos ou mais é de 10,3 anos entre brancos e 8,7 anos entre pretos e pardos.

O questionário eletrônico também mapeou as práticas comunicativas, como consumo de informação e hábitos de uso de mídia. Os resultados completos compõem a pesquisa de doutorado intitulada “Usos e apropriações de tecnologias digitais para a participação político-cidadã: perspectivas das juventudes brasileiras”.

A terceira parte do questionário tinha como objetivo mapear as práticas participativas realizadas com maior frequência pelo grupo de 500 jovens que participaram da pesquisa a que se refere este artigo. Alguns dos resultados da pesquisa podem ser consultados no site Observatório de Participação das Juventudes¹², um dos frutos da pesquisa.

Abaixo segue quadro com as principais modalidades de participação desempenhadas pelos jovens que compõem a amostra:

¹² Disponível em: <<https://www.participacaodasjuventudes.org/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Atividades participativas	
votar	97.2%
participar de uma discussão política	87.2%
assistir a um comício ou assembleia	82.4%
participar em manifestação, ato ou passeata	81.8%
Compartilhar conteúdo midiático/informativo	80%
atuar como membro ativo de movimento social e/ou político	57.2%
tentar convencer alguém a votar de determinado modo	53.6%
aderir ou apoiar movimento de greve	52.2%
participar de organizações comunitárias	51.6%
participar de reuniões em que se tomam decisões políticas	42.8%
produzir conteúdo midiático/informativo	42.8%
atuar como membro ativo de diretório acadêmico	36.4%
realizar trabalho voluntário	29.2%
usar um distintivo político	25.2%
realizar abaixo-assinado	22.4%
dedicar-se a uma campanha política	19.6%
atuar como membro ativo de um partido político	12.8%
votar em plebiscito	12.6%
contribuir com dinheiro a um partido ou candidato	11.6%
atuar como membro de sindicato	7.8%
solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas	7.2%
consulta pública online	7.2%
ocupar cargos públicos	6.2%
participar de reuniões de condomínio ou de associação de moradores	5%
nenhuma das anteriores	4.6%
participar de reunião de orçamento participativo	3.8%
candidatar-se a um cargo eletivo	2.6%
consulta pública presencial	2.2%
ocupar prédios	1.6%

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Resultados e Reflexões: Tecnologias digitais, usos e apropriações

A internet é um espaço virtual expansivo e imersivo onde circulam conteúdos de diferentes naturezas e qualidades. Notícias, análises, comentários, narrativas, conceitos, dados verídicos, abstratos ou falsos aparecem em suas páginas multimidiáticas, ao lado de fatos verdadeiros e de interesse coletivo, todos são postados como insumos da democratização do conhecimento e como essências legítimas da esfera pública. É fato, no entanto, que a imagem da democratização depende do acesso igualitário aos meios de participação, além de recursos de reconhecimento e de validação do que é produzido e difundido no mundo virtual. E, neste sentido, faz-se necessário ter em conta que o acesso

às tecnologias digitais, especificamente a internet, corresponde a 82,7%¹³ da população brasileira.

Por outro lado, há indícios de que as atividades desempenhadas na rede têm efeitos não apenas naqueles que a acessam cotidianamente, mas de alguma maneira atingem os brasileiros a partir do momento em que representam novas relações de trabalho, além de novas maneiras de produção e fruição de bens culturais e simbólicos, por exemplo.

A crença de que a internet é positiva, igualitária e democrática, devido ao acesso supostamente gratuito à informação, ignora alguns dos elementos essenciais para o debate crítico sobre seus usos e apropriações. Não há dúvidas a respeito da participação dessas tecnologias nos processos de transformação econômica, social e política, dadas as múltiplas possibilidades de reorganização das arenas públicas e privadas, em função da disseminação e da disponibilidade dos mecanismos, conforme algumas demandas públicas ou de segmentos privados proprietários de capitais e de sistemas produtivos e comerciais. Também estão evidentes os padrões geracionais¹⁴ no uso das tecnologias, bem como padrões de classe, de acesso a serviços públicos e privados, e seu potencial para mobilizar opiniões e configurar ou reformatar movimentos de protesto e reivindicações sociais com pautas e abrangências locais e nacionais, ou de movimentos transnacionais com pautas inteiramente globalizadas.

Observa-se que a internet tem produzido significativas modificações nas várias esferas da vida humana, inclusive no campo político. Neste contexto, os cidadãos, sobretudo os jovens, têm encontrado nela um meio de mobilização e participação política, principalmente com a emergência da Web 2.0. Ainda assim, embora as tecnologias estejam mudando a forma de fazer política, continuamos com as instituições do século XIX, que já não têm capacidade de canalizar de forma real as necessidades daqueles que representam. Tal cenário gera mobilizações políticas que buscam uma nova configuração político-social. Ao mesmo tempo, às margens do poder atual, surgem novas formas de fazer política, com base na confiança mútua, na colaboração e no estabelecimento de direitos de cidadania a partir da cultura participativa.

Neste cenário, tecnologias sociais, descentralizadas e abertas, atuam como ferramentas de inclusão, educação e participação e há um movimento de apropriação de tecnologias para a ação coletiva. Assim, há novas formas de ação coletiva com

¹³ Dados da PNAD 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

¹⁴ Segundo Kubota et al. (2016, p. 199): em 2013, enquanto 51% dos brasileiros eram considerados usuários de internet, essa proporção atingia os 75% entre crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos e 77% na faixa de 16 a 24 anos.

infraestrutura de mobilização do cidadão que transforma a indignação em insurgência. No entanto, o potencial empoderador da rede é limitado ao uso social da tecnologia; apesar de o ambiente virtual ser propício para transparência e participação, a maneira como se dá essa participação e os canais para tal precisam ser questionados (SIERRA; GARROSSINI, 2012).

Em geral, as reflexões sobre as influências das tecnologias e redes digitais sobre o modo de vida e as relações sociais vão incidir sobre os novos papéis das instituições políticas de controle e disciplina social; sobre as interdependências entre produção e segmentação de consumo que provocam reflexões sobre as funções culturais e ideológicas das produções simbólicas, distribuídas em dispositivos individuais e portáteis. Há um contexto volátil que também instiga o debate sobre o papel do conhecimento cada vez mais fluído, assim como concepções clássicas, como as de classes e mobilidades sociais.

No contexto atual, as tecnologias são criadas e disseminadas como se fossem parte das demandas sociais e produtivas. Seu desenvolvimento parece comprimido entre demandas de forças opostas. De um lado, as tecnologias sofrem pressões das demandas sociais; de outro, são potencializadas ou estrangidas por capacidades institucionais na mobilização de decisões e recursos organizacionais. O aumento rápido do número de pessoas e instituições que utilizam tecnologias digitais mal esconde o atraso da universalização do acesso aos novos recursos, um fator que revela que no mercado capitalista ainda persiste fortemente o velho ‘DNA’ da exclusão econômica, social, política e cultural dos setores sem renda, que refletem, também, a apartação educacional, cultural, social e o desamparo perene dos pobres.

Todavia, mesmo que a pesquisa que originou este artigo tenha a pretensão de oferecer recursos explicativos ou interpretativos para o avanço dos usos das TICs e as suas conexões com as novas formas de mobilização social, também enfatizamos que as tecnologias não determinam plenamente as sociedades e os seus modelos de desenvolvimento econômico e político, mas constituem um fator preponderante para as formas de desenvolvimento avançado dos povos. Isto é, as TICs não constituem uma variável externa às relações culturais, mas elas mesmas tornam-se uma instituição que configura alternativas com amplas finalidades, que têm efeitos na produção e reprodução de grupos e influencia os vários níveis de transformações sociais.

As tecnologias devem ser associadas às práticas sociais que as constituem e são

por elas constituídas. Tal debate sobre esse tema crucial tem sido feito por importantes autores das áreas da Comunicação, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Tecnologia, apenas para citar algumas áreas críticas do pensamento teórico contemporâneo.

É preciso considerar os efeitos e as estruturações sociais decorrentes, entre outras questões, dos usos e apropriações das tecnologias. Dessa forma, as tecnologias não determinam as sociedades: elas são construídas pelas necessidades produtivas, práticas e culturais das sociedades e pelas capacidades técnicas disponíveis em cada período histórico. As suas apropriações e os seus diversos usos também são definidos pelos contextos sociais. Assim, deve-se considerar que as disposições práticas para uso e os sentidos individuais associados às tecnologias são múltiplos.

Em geral, as práticas ou consumos de conteúdos e informações difundidas por meios digitais se associam com categorizações socioeconômicas (renda ou posição na ocupação – ambas ligadas ao conceito de classe social), por idade (gerações), lugar de moradia, estrutura da família, escolarização, por exemplo. Dessa maneira, as práticas se conectam com fatores determinantes – estruturais, digamos – externos a elas, mas associados com essas práticas de forma causal, permitindo-nos, portanto, estabelecer conexões de sentido. Assim, as trajetórias individuais e os repertórios informativos e culturais acumulados, ou que as pessoas perdem no percurso das atividades cotidianas, são elementos aos quais se podem associar sentidos às práticas de acesso à internet, bem como as práticas de informação e participação pelos meios digitais.

As narrativas mais comuns a respeito das TICs concentram-se em torno da sua potência para a disseminação e democratização do conhecimento, da sociabilização virtual e das práticas de exercícios individuais e coletivos de manifestação pública e reivindicação de direitos individuais e sociais (SIERRA; POMO; GRAVANTE, 2015). No entanto, tais narrativas derivadas de um relativo senso comum precisam ser interpeladas e questionadas ao se considerar as dinâmicas das desigualdades distributivas no acesso aos sistemas conexão e, também, nas exigências educacionais e culturais para o devido manejo das tecnologias digitais. Esses dinamismos são fortemente determinados pelo desigual amadurecimento de infraestruturas tecnológicas entre países, territórios internos e, finalmente, pelo acesso dos grupos sociais, sejam eles de status (capital simbólico), de classe (capital econômico) ou étnicos (capital de reconhecimento).

As estruturas institucionais das democracias atuais têm aumentado as oportunidades para os indivíduos e grupos sociais serem instigados a participar dos

debates e dos processos democráticos com uma frequência bem maior do que havia nas tradicionais eleições. A política brasileira tem presenciado uma ampliação significativa da participação popular em seus eventos de natureza política, sejam extraordinários ou regulares. Desde 2010 houve intensos debates nacionais com uso também intensivo da internet e de suas redes sociais: sobre as eleições presidenciais, Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, a intensa movimentação das ruas pelo Passe Livre, que também foram engrossados pelas mobilizações a favor e contra a cassação do mandato da presidente Dilma Roussef. As redes sociais tiveram um papel determinante na campanha eleitoral de 2018 e na vitória de Jair Bolsonaro. Ou seja, no contexto brasileiro, não se pode estabelecer uma relação direta entre o aumento da participação política pelas redes digitais a elementos qualitativos para aprimorar os sistemas de governo e a qualidade dos processos políticos nacionais.

No entanto, ainda são poucos os pesquisadores ou profissionais que afirmam que essas expectativas participativas se traduzem em uma forma consolidada e decisiva para a realidade social contemporânea, que agreguem alguma qualificação definitiva nos debates políticos das esferas públicas locais, estaduais e nacional, como já salientavam Sierra, Leetoy e Gravante (2018). Alguns admitirão que a internet contribuiu para o alargamento da democracia, ao criar recursos para a participação virtual na política e nas múltiplas demandas da vida cotidiana. Assim, a rede consegue atrair muito mais gente para os processos participativos coletivos, que servem para reforçar o convívio virtual em espaços de debates democráticos. As redes são importantes para a inclusão participativa de várias parcelas da sociedade que permaneciam anteriormente indiferentes ou excluídas da convivência política. As juventudes são um exemplo concreto de aumento da participação online.

É importante salientar que os arranjos institucionais representam apenas o lado formal da democracia e tornou-se cada vez mais óbvio que a vitalidade dessas estruturas depende da medida em que são aceitos e abraçados pelos indivíduos, grupos e sociedade em geral (SIERRA; GRAVANTE, 2016). Em outras palavras, as democracias e as suas instituições permanecerão fracas enquanto não consolidarem as possibilidades coletivas para gerar uma legitimidade objetiva, majoritária, consistente e duradoura para os regimes democráticos.

Em primeiro lugar, a legitimidade diz respeito ao processo e aos resultados da política democrática. É o julgamento social da capacidade das instituições democráticas de atacar questões substanciais, como desenvolvimento e repartição econômica, que produzem bem-estar material, que permite o desenvolvimento educacional e cultural das pessoas, e que também contribuem para o aprimoramento das instituições e para a estabilidade social e política dos países. Ou seja, o bom desempenho individual

demonstrável em tais questões está diretamente relacionado ao apoio da sociedade. Não menos importante, a natureza do processo democrático pode ser uma fonte de legitimidade política ao respeitar as liberdades e os direitos individuais.

A partir da revisão bibliográfica de importantes autores da área, bem como a aplicação dos métodos de pesquisa, fica evidente a percepção de que a participação política desempenha um papel crucial para o desenvolvimento das democracias, tanto na formação das suas instituições quanto na sua incorporação e legitimação em qualquer instância dos poderes instituídos. Em sociedades com preocupações democráticas e capacidades de fortalecimento institucional, a busca pelo envolvimento democrático de grupos sociais variados tem sido um poderoso impulsionador por trás da expansão descrita das políticas democráticas. Sejam mulheres, as classes ou camadas de trabalhadores, grupos minoritários ou ativistas ambientais; a pressão destes e de muitos outros grupos de interesse social levaram, ao longo do tempo, à inclusão desses segmentos sociais organizados e mobilizados nas políticas e instituições democráticas, e no estabelecimento de canais institucionais para acomodar variedade social cada vez maior.

Esta evolução ilustra notável flexibilidade das democracias e a constante capacidade de mudança institucional e ajustamento participativo nas suas relações sociais e políticas cotidianas. No discurso acadêmico e público, isso se reflete na mudança de significados dos conceitos de participação, que são sempre atualizados e se distanciam cada vez mais de definições convencionais e institucionalizadas. As novas formas de participação ampliam os processos políticos convencionais e resultam em conjuntos distintos de práticas participativas. Elas são continuamente desenvolvidas e multiplicadas por cidadãos ativos e mobilizados, que produzem ações políticas presenciais e virtuais, de maneiras contínuas.

Paradoxalmente, sempre resta muita dúvida sobre a qualidade dessa ampliação participativa, se ela produziu uma participação democrática mais forte e legítima, se ajudou de fato a resolver os problemas que motivaram as mobilizações amplas, ou de algum grupo específico, com um resultado social traduzido pela legitimidade e fortalecimento das liberdades e dos direitos autenticamente democráticos, como apontam os teóricos com visões democráticas e progressistas.

Em grande medida, estes problemas parecem ser inerentes ao processo de institucionalização da participação política, como tem sido observado ao longo do tempo, em várias sociedades e tipos de regimes democráticos. Enquanto um dado grupo ou interesse for excluído dos direitos sociais e das formas de participação democrática, as tentativas para mobilizá-lo para a participação social parece ser algo natural e sempre

necessário. Contudo, uma vez que o grupo ou interesse em questão está integrado nas políticas democráticas pelos mecanismos institucionais ou por outro recurso participativo, ironicamente, o interesse e intensidade de participação diminuem, seja porque o público percebe que as suas questões de interesse estão sendo cuidadas pelas instituições, ou porque as instituições burocratizam, profissionalizam e monopolizam as demandas populares.

Isto, conseqüentemente, poderá restringir a participação dos cidadãos. Portanto, a institucionalização e a burocratização têm uma forte tendência a limitar a participação coletiva, e parece ser esse o principal insumo para o enfraquecimento da participação social, que ao longo do tempo, também poderá afetar a legitimidade das instituições democráticas. Combater esta tendência burocratizante e autoritária que rechaça a participação popular é um desafio a ser enfrentado pelas instituições públicas e pelos cidadãos, bem como zelar para fortalecer as participações democráticas não presenciais utilizando outros recursos e ferramentas coletivas, como, por exemplo, a internet.

Referências bibliográficas

KUBOTA, L. C. Uso de tecnologias da informação e comunicação pelos jovens brasileiros. In: Silva, E.; Botelho, R. U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In: Maia, R.; Castro, M.C.P.S. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.

NORRIS, P. **Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide**. New York: Cambridge University Press, 2001.

SIERRA, F.; GARROSSINI, D. F. Nuevas tecnologías de la información e inclusión digital. Análisis de redes y procesos de empoderamiento social en localidades periféricas y subdesarrolladas. En VVAAAE-IC. **Comunicación y Riesgo**, Tarragona, 2012.

SIERRA, F.; POMO, A.; GRAVANTE, T. Netactivismo y emancipación. Una mirada desde abajo de experiencias de apropiación de medios digitales en España. In: Salinas, A. I. A.; Iranzo, A.; Cabral, R. **Comunicación, Conflictos y Cambio Social**. Bauru: Unesp, 2015.

SIERRA, F. C.; GRAVANTE, T. Ciudadanía digital y acción colectiva en América Latina. Crítica de la mediación y apropiación social por los nuevos movimientos sociales. **La Trama de la Comunicación**, Volumen 20 Número 1, 2016.

SIERRA, F. C.; LEETOY, S. L.; GRAVANTE, T. **Ciudadanía digital y democracia participativa**. Comunicación Social ediciones y publicaciones, 2018.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.